



CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL 17 A 23 DE MAIO DE 1993

MOÇAMBIQUE

A importância do carvão de Moatize nas relações Brasil-Moçambique

A participação da estatal brasileira Vale do Rio Doce no projeto de extração de carvão na mina de Moatize, no norte de Moçambique, é a melhor forma de incrementar as relações econômicas do Brasil com esse país, atualmente reduzidas a cerca de US\$ 13 milhões de comércio bilateral. Essa foi uma das conclusões do seminário sobre Moçambique, realizado no dia 14 de maio pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento (Fundap), em São Paulo. O seminário teve como conferencistas o ministro Virgílio Moretzson de Andrade, chefe do Departamento de África do Itamaraty, e o professor Beluce Bellucci, coordenador do Projeto Moçambique, do Centro de Estudos Afro-Asiáticos. Da conversa que mantivemos com o ministro Moretzson de Andrade e do conteúdo de sua conferência extraímos o essencial desta matéria sobre as relações do Brasil com Moçambique.

A questão da exploração pela Vale do Rio Doce do carvão de Moatize, matéria-prima de que o Brasil necessita, é de interesse nacional, inclusive por viabilizar, com uma mercadoria de retorno (como é o caso do petróleo nas relações com Angola), o incremento do comércio e demais relações do Brasil com um país-chave, para nós, da África Austral e do Oceano Índico.

Na realidade, Moçambique pode constituir para o Brasil uma nova ponte nas relações com o mundo árabe e asiático, na outra margem do Índico, para além de sua importância intrínseca e no quadro regional.

O projeto Moatize, basicamente, envolve a exploração de uma mina de carvão a céu aberto, com capacidade de produção de nove milhões de to-

neladas/ano, e a construção de uma ferrovia de 575 quilômetros de extensão até um terminal portuário a ser implementado na Beira, um dos principais portos de toda a costa oriental africana. A Companhia Vale do Rio Doce executou um estudo de pré-viabilidade a um custo de US\$ 3 milhões.

A segunda fase do projeto pressupõe a realização de um estudo de viabilidade, num prazo de quatro anos, a um custo aproximado de US\$ 40 milhões, dos quais caberiam à Vale US\$ 12 milhões, caso ela deseje exercer integralmente sua opção de controle de 30% do empreendimento.

Apesar de o Itamaraty sublinhar a importância estratégica do investimento, a Vale recusou um maior investimento financeiro no projeto. Na tentativa de uma solução positiva, as construtoras Andrade Gutierrez e Norberto Odebrecht propuseram a formação de um grupo que levaria o projeto adiante, mantendo a gerência técnica nas mãos da Vale.

Esse projeto foi um dos temas prioritários durante a visita que o ex-presidente Collor fez a Moçambique, em setembro de 1991. Pelo que nos foi na época informado, o governo moçambicano está convencido de que se o Brasil, mesmo associado a empresas sul-africanas, não liderar o projeto, o governo de Pretória não tomará a iniciativa tão cedo, "guardando" o carvão moçambicano como reserva estratégica.

Por enquanto, o projeto está praticamente num impasse. A Vale não se decide favoravelmente e as referidas construtoras brasileiras não apresentaram, no momento, capacidade finan-

ceira para levá-lo adiante. Estuda-se a possibilidade de reduzir a dimensão inicial do projeto como forma de romper o impasse.

José Maria Nunes Pereira

Cooperação histórica

As relações do Brasil com Moçambique tiveram a sua verdadeira arrancada a partir de 1977, quando o embaixador Ítalo Zappa, um dos artífices da política africana de então do Itamaraty, era o nosso representante em Maputo. Até 1982, essa arrancada se traduziu numa cooperação técnica abrangendo múltiplas áreas, enquanto as nossas exportações para esse país incluíam equipamentos (locomotivas, barcos de pesca, tratores, caminhões) e, sobretudo, serviços. Nesse período, o Brasil se tornou um dos principais parceiros comerciais de Moçambique, para o que contribuiu uma linha de crédito que chegou a totalizar US\$ 200 milhões.

No início dos anos 80, uma grave crise econômica atingiu os dois países, muito especialmente Moçambique, que já sofria a desestabilização da África do Sul e começava a defrontar os rebeldes da Renamo. O não-pagamento da dívida externa por parte de Moçambique levou ao fechamento da linha de crédito.

Ano passado, o Brasil negociou a dívida moçambicana, num montante aproximado de US\$ 320 milhões, envolvendo um reescalonamento por 12 anos sem carência, bem como a troca de papéis (swap) pelo prazo de três anos. (JMNP)

NESTA EDIÇÃO

ANGOLA:

- Guerra prossegue em Angola (Pág. 3)
- Novo adiamento em Abidjan (Pág. 3)
- Um único ponto separa Luanda e Unita (Pág. 3)
- O jogo da corda em Abidjan (Pág. 4)
- Créditos sobre Angola preocupam Portugal (Pág. 4)
- Falso Huambo (Pág. 5)
- Paz em Angola só depende de Savimbi (Pág. 5)
- As últimas guerras da paz... e as próximas batalhas da guerra (Pág. 6)

- As horas amargas de Margaret Anstee (Pág. 7-8)
- Ninguém quer perder a face (Pág. 9)

PALOP:

- "Cinco" ponderam condenação da Unita (Pág. 9)
- A sombra de Soares entre Lisboa e os Palop (Pág. 10)

ÁFRICA DO SUL:

- O messias dos 'boer' (Pág. 10)
- Polícias mortos no Soweto (Pág. 11)
- Eleições sul-africanas (Pág. 11)

MOÇAMBIQUE:

- Líder da Frelimo endurece posição (Pág. 11)
- Transição rejeitada (Pág. 11)
- A calamidade dos refugiados (Pág. 12)
- Oposição quer casas (Pág. 13)
- Uma transição sinuosa (Pág. 14)

GUINÉ-BISSAU:

- Líder da oposição guineense desmente acusações (Pág. 14)
- Guterres insiste com Nino (Pág. 14)

ÁFRICA DO SUL

Sombra branca do separatismo ameaça transição

Há muito a África do Sul parecia destinada a enfrentar o separatismo. No entanto, corolário quase sempre das situações de guerra civil, esse espectro surgia como possível consequência das rivalidades entre as etnias negras xhosa e zulu. Era impossível imaginá-lo eclodindo na população branca. Nas negociações agora entabuladas, o prelúdio desse perigo foi identificado na querela levantada por Inkatha.

Contrariamente ao apregoado pelo ANC — uma África do Sul com a anexação dos bantustões e “centralizada” politicamente —, Buthelezi defendia a autonomia das regiões. Assim, o separatismo era visto como um problema associado aos negros.

A crescente articulação da extrema-direita sul-africana tem agora como um dos eixos separar uma parcela da África do Sul. O objetivo é delimitar uma região unicamente habitada por brancos, mantendo-os distantes de um hipotético governo da maioria negra. O repúdio desses setores ao reformismo de De Klerk é bastante o suficiente para considerá-lo incapaz de preservar os interesses dos brancos *afrikaners*. Ao lado das estratégias de resistência direta, baseadas na violência, a

extrema-direita oferece mais esse ingrediente para a crônica crise sul-africana.

O separatismo é uma grave fonte de instabilidade para o processo de transição. Trata-se de uma sinalização aos negociadores brancos do Partido Nacionalista mostrando o grau de mobilização e o discurso a ser vocalizado pelos extremistas de direita. O temor gerado pelos frequentes ataques praticados contra os brancos torna o discurso da extrema-direita sedutor. Um endurecimento na mesa de negociações por parte de De Klerk se tornará praticamente inevitável. Está em jogo a credibilidade e popularidade do Partido Nacionalista junto aos brancos da África do Sul.

A definição do calendário da transição política já é praticamente uma realidade. Existe consenso acerca da convocação de eleições até abril de 1994 para a formação de uma assembléia constituinte. Resta saber qual será a receptividade das bases do ANC. Afinal, a cúpula do movimento agiu dentro de uma moderação talvez capaz de fragilizar o controle exercido sobre seus liderados. Não é a primeira concessão do ANC.

Antes, na aceitação de um governo multirracial de transição, com postergamento de um efetivo governo do ANC, havia acontecido algo parecido.

Talvez, abril de 1994 seja tarde demais. Não é preciso encarar as eleições como uma panacéia para reconhecer o seu impacto. O próprio ANC havia manifestado o propósito de lutar por eleições ainda este ano. Agora, constata-se, tudo não passou de uma manobra para arrefecer o ímpeto de suas bases. O ANC pode estar cedendo em demasia, preocupado em transmitir uma imagem madura o suficiente para afastar tanto as restrições externas quanto as internas a um possível governo Mandela. Pior, as concessões do ANC podem abrir espaço para a extrema-esquerda aglutinada no PAC. Insatisfação e frustração crescentes podem ser os combustíveis de defecções entre os simpatizantes do ANC na juventude sul-africana. Certamente, o mais seguro caminho para o poder não é o mais rápido para uma África do Sul pacificada e democrática.

Roquinaldo Amaral Ferreira

MOÇAMBIQUE

A política sobe ao palco, mas...

As notícias desta semana começaram a focar as dificuldades que acompanham a transição política em Moçambique. Traça-se um caminho longo e minado entre os últimos tiros da guerra e a tentativa de implantação de regime livre, democrático e pluralista.

Muitos pesadelos pairam sobre o país, podendo se transformar em pavios quentes para grandes combustões e dificuldades políticas e sociais. São crescentes o retorno e a movimentação de refugiados, deslocados e desmobilizados. Já chegam a milhares (ou milhões) entre miseráveis, famintos e mutilados. Muitos buscam retornar às suas terras e famílias. A sobrevivência é difícil, pois os salários são baixos e o desemprego é alto. O mercado avança — os *dumba-nengue* das cidades são o carro-chefe da economia informal —, assim como alguns tipos de tráficos que acompanham diversos meios de sobrevivência de muitos mo-

çambicanos. O capitalismo (que alguns intelectuais do país caracterizam como “selvagem”) vai se adaptando a todas as condições adversas.

As cidades estão inchadas e podem ser palco de assaltos e pilhagens. No setor agrário, conflitos eclodem quando camponeses se vêem com dificuldades para retornar às terras tradicionais de seus bisavós e das respectivas comunidades. Algumas terras abandonadas devido à guerra e à insegurança foram vendidas a *joint-ventures*. Em outros casos, há a reconstituição do poder dos régulos (ou líderes familiares e locais), ao redor dos quais as sociedades tradicionais se reestruturam. Avançam, por outro lado, os grandes investimentos direcionados à exploração das riquezas naturais do país — jazidas minerais, como o ouro, em Manica e na Zambézia, titânio e grafite em Cabo Delgado, quimberlito (a única rocha cortadora de diamante) em Niassa, esmeraldas na Zambézia, além

do Projeto Moatize (que envolve o Brasil e a Companhia Vale do Rio Doce)

Algumas das questões acima mencionadas constituem problemas nacionais. O entendimento nacional também. Mas, segundo alguns intelectuais, a maior parte do país está alheia e descrente da movimentação e dos desacordos entre os políticos. Outros prognosticam que a democracia em Moçambique não terá futuro. Com o que de imediato concordamos é que “para evitar a reedição de Angola” seria publicamente admirável que as mesquinhasias políticas dessem lugar à proposta de um governo de transição ou de uma conferência multipartidária. Essa seria uma forma minimamente esperançosa de neutralizar a possível bipolarização entre os dois partidos armados. Mas, fica uma pergunta: o que podemos ter e esperar da política em Moçambique?

Edson Borges

Guerra prossegue em Angola

PÚBLICO, 4.5.93

A EMISSORA da UNITA, Voz da Resistência do Galo Negro (Vorgan), disse ontem que se travam "combates renhidos" em Wakukungo, a antiga Cela, onde os portugueses tinham montado um colonato, na província angolana do Quanza Sul, controlada pelos rebeldes desde Outubro do ano passado.

Segundo o vice-presidente daquele partido, general António Dembo, as forças governamentais intensificaram nos últimos dias as operações militares no Norte do país, procurando reconquistar áreas que estão sob controlo da UNITA.

A Vorgan alegou ainda que o Governo de Angola está a re-
ntar na província do Zaire.

junto à fronteira do país com o mesmo nome, antigos elementos do Exército de Holden Roberto, aos quais teria oferecido o salário de 800 dólares (perto de 120 contos).

A organização humanitária Médicos Sem Fronteiras suspendeu entretanto as suas actividades em todas as províncias angolanas, excepção feita à capital, Luanda, pois que não há qualquer espécie de segurança na generalidade do país.

No Cuito, província do Bié, no centro de Angola, aquela entidade fora confrontada com problemas de segurança que a tinham impedido de fornecer assistência médica à população, considerada em

"situação catastrófica".

Enquanto isto, em Abidjan, na Costa do Marfim, as conversações entre delegados do Governo angolano e da UNITA continuam a arrastar-se; e vão já na quarta semana, sem que se consiga chegar a acordo sobre a composição de umas únicas Forças Armadas para todo o país.

Há já alguns dias que as duas partes estão a debater um memorando preparado por Portugal, Estados Unidos e Rússia para garantir a assinatura de um documento de cessar-fogo e a reactivação dos acordos de paz há dois anos negociados em Bicesse.

As sessões formais prosseguem hoje, faltando ainda che-

gar a uma conclusão sobre seis dos 47 pontos que haviam sido colocados à consideração dos beligerantes, para que se obtenham um Exército único, neutralidade da polícia, extensão da administração central às zonas controladas pela UNITA e facilidade da ajuda humanitária a todos os cidadãos.

Ontem de manhã os observadores, coordenados pelas Nações Unidas, entregaram às duas delegações uma versão rectificada do "memorando de explicação" que seria necessário para assinar o cessar-fogo. E elas ficaram de estudar o texto durante a tarde, para que hoje se possa tentar avançar alguma coisa... ■

Novo adiamento em Abidjan

PÚBLICO, 5.5.93

A SESSÃO plenária da ronda negocial de Abidjan entre as delegações do Governo angolano e da UNITA, que as duas partes acordaram para ontem, indiciando o fim próximo das negociações, acabou por ser novamente adiada, disse uma fonte das Nações Unidas na capital da Costa do Marfim. O regresso à mesa das negociações está agora marcado para hoje.

A mesma fonte explicou à agência Lusa que o pedido de adiamento foi formulado pelas duas delegações que têm manti-

do, desde segunda-feira, encontros secretos numa residência disponibilizada para o efeito pelo Governo marfinense.

Governo e oposição armada tinham pedido na segunda-feira uma interrupção da ordem dos trabalhos para analisarem o documento-síntese apresentado pelos três observadores do processo de paz (Estados Unidos, Portugal e Rússia), que encararam com optimismo.

As duas delegações continuam sem conseguir um consenso em relação a seis dos 47

pontos agendados — libertação dos prisioneiros, cláusula "triplo zero", formação das Forças Armadas, neutralidade da polícia, liberdade de imprensa, extensão da administração do Estado a todo o território e a ajuda humanitária. Sem acordo neste não haverá "memorando de entendimento" e sem este não haverá cessar-fogo.

O ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano, Roelof "Pik" Botha, anunciou entretanto, na Cidade do Cabo, o

restabelecimento próximo das relações diplomáticas entre a África do Sul e Angola, interrompidas desde a eclosão dos confrontos no país vizinho.

O chefe da diplomacia sul-africana afirmou que a decisão foi adoptada após um encontro secreto que manteve na segunda-feira, em Pretória, com o general António dos Santos França "N'Dalo", chefe da delegação governamental angolana na Comissão Conjunta Político-Militar para os acordos de paz. ■

"Memorando de entendimento" quase concluído

PÚBLICO, 6.5.93

Um único ponto separa Luanda e UNITA

AS DELEGAÇÕES do Governo angolano e da UNITA concordaram ontem, em Abidjan, ao fim de cinco horas de reunião, em cinco dos seis pontos em que divergiam, e estavam reunidas ao fim da tarde, em sessão plenária, para negociar a retirada das tropas da UNITA das cidades e vilas que actualmente ocupam em Angola.

"O Governo considera que as forças da UNITA se devem retirar das cidades e vilas que ilegalmente ocupam, até para que seja cumprido o primeiro parágrafo da Resolução 811 do Conselho de Segurança da ONU", disse o porta-voz da missão governamental, general Higinio Carneiro, segundo o qual o acordo final depende agora de um consenso sobre essa retirada e da aprovação final de Luanda.

Dos seis pontos que entravam um acordo — libertação dos prisioneiros, cláusula "triplo zero", formação das Forças Arma-

das, neutralidade da polícia, liberdade de Imprensa, ajuda humanitária e extensão da administração do Estado a todo o território — apenas o último estava, assim, à hora de fecho destas páginas dependente de um consenso.

A delegação governamental angolana tinha previsto a sua partida para Luanda, ontem à noite, ou para apresentar o "memorando de entendimento" ao Governo, se um acordo tivesse sido entretanto obtido, ou para meras consultas. Não sendo conseguido, só no fim de semana os negociadores voltarão a falar.

No princípio da semana passada, as delegações dos beligerantes estiveram prestes a assinar o documento, mas exigências da equipa de Higinio Carneiro, levantadas à última hora, deitaram um balde de água fria sobre o optimismo de mediadores e analistas.

Governo e oposição armada tinham pedido, segunda-feira, uma interrupção da ordem dos trabalhos para analisarem um documento-síntese apresentado pelos observadores do processo de paz (Estados Unidos, Portugal e Rússia), que encararam com optimismo. Mas o regresso à mesa das negociações, marcado para o dia seguinte, terça-feira, acabou por não se realizar.

Os negociadores solicitaram ontem de manhã aos observadores e à ONU um prazo de duas horas para trocarem impressões sobre os contactos que efectuaram durante a noite com as respectivas direcções políticas, em Luanda e Huambo. Evitaram os jornalistas e voltaram aos encontros secretos que vinham mantendo num local cedido pelo Presidente marfinense, Houphouët-Boigny.

A eventualidade da assinatura de um acordo entre Governo e

UNITA não termina no entanto com a ronda negocial. As duas delegações vão ter ainda de concordar sobre alguns documentos que deverão figurar, em anexo, ao "protocolo de Abidjan".

Entretanto, observadores esperavam ontem a explícita condenação da UNITA no documento final da 15ª reunião da Comissão Ministerial dos "Cinco", em São Tomé e Príncipe, onde o conflito angolano também foi analisado pelos chefes da diplomacia dos países africanos de língua oficial portuguesa (ver pág. 4).

A restauração das relações diplomáticas em a África do Sul e Angola, conforme o propósito formulado terça-feira, na Cidade do Cabo, pelo chefe da diplomacia sul-africana, Roelof "Pik Botha", recebeu ontem um "empurrão" da Namíbia, país que ofereceu o seu território para um primeiro encontro exploratório.

Um porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros disse na Cidade do Cabo que "Pik Botha acabara de se encontrar com Theo-Ben Gurirab, o seu homólogo namibiano, e que o programa do encontro prevê o regresso do pessoal da missão sul-africana em Angola, assim como um "briefing" sobre a ronda de Abidjan. ■

UNITA e Governo não se entendem sobre a desmilitarização

O jogo da corda em Abidjan

PÚBLICO, 7.5.93

AGORA é sábado — dois dias antes de se completarem quatro semanas desde o início das negociações em Abidjan — o dia em que as delegações do Governo e da UNITA voltam a encontrar-se na capital da Costa do Marfim para tentarem resolver o último dos 47 pontos ainda em divergência: a retirada das forças da oposição armada de todas as vilas e cidades que controlam em Angola.

A retirada das forças da oposição armada de todas as vilas e cidades que controlam em Angola foi sempre, desde o dia 12 de Abril, quando a ronda começou, um dos pontos alvo de maior discordância entre Luanda e Huambo. E sem um acordo sobre o 11º

ponto do "memorando de explicação" redigido pelos observadores (Estados Unidos, Portugal e Rússia) não haverá protocolo final.

Para o Governo, o "impasse" assenta numa questão de legitimidade. "Não aceitar o ponto 11 significa pôr em causa o Governo angolano", disse Higinio Carneiro à agência Lusa. Para a UNITA, a questão é outra: "Não existe nenhuma base legal, nacional ou internacional, superior ao interesse da paz, mesmo que se tratem das resoluções 804 e 811 (do Conselho de Segurança da ONU). Não estávamos lá quando elas foram votadas", responde Jorge Valentim, o "ministro" para a Informação da oposição armada angolana.

Ontem mesmo, o secretário-geral da UNITA disse em Abidjan que, caso fossem satisfeitas as recentes exigências da delegação governamental angolana, isso equivaleria "à capitulação" da sua organização. Eugénio Manuvakola acrescentou que só aceitará a desmilitarização com a presença em Angola dos "capacetes azuis" da ONU, pois das duas vezes que a UNITA foi a Luanda teve diversos mortos, desaparecidos e muitos presos.

Para Jorge Valentim, citado pela Lusa, a "desmilitarização tem de ser um acto simétrico e não unilateral" e os observadores devem elaborar um documento

sobre um novo mandato da Missão de Verificação da ONU.

Manuvakola disse ainda que a UNITA está disposta a prosseguir as negociações, mas que a sua organização não tenciona afastar-se "um milímetro" da posição que até agora tem defendido sobre desmilitarização.

Quanto à posição da delegação governamental, que ontem foi recebida, em Luanda, pelo Presidente José Eduardo dos Santos, com quem fez o ponto da situação, essa ficou clara quarta-feira, antes da partida: "intransigência" quando à "desmilitarização do braço armado ilegal da UNITA". ■ F.S.

Pagamentos em petróleo atrasados

Créditos sobre Angola preocupam Banco de Portugal

PÚBLICO, 7.5.93

António Matos

O Banco de Portugal está "preocupado" com os atrasos de pagamento pelo Banco Nacional de Angola dos créditos usualmente liquidados através das contas de petróleo. Sobretudo porque a situação económica daquele país — que acumula mais de 360 milhões de contos de "atrasados" — se tem vindo a agravar e Portugal é o seu principal credor.

Uma equipa de técnicos do Banco de Portugal reuniu-se em Lisboa com uma delegação do Banco Nacional de Angola (BNA), no passado dia 12 de Abril, para recordar ao banco central angolano os montantes em atraso na liquidação dos créditos bilaterais com instituições de crédito portuguesas. Em causa estavam, no final de Março, nove milhões

de contos, de uma dívida de cerca de 25 milhões coberta pelas contas de petróleo.

Em Abril de 1984, a Cosec (Companhia de Seguros de Crédito) e o Banco Nacional de Angola estabeleceram uma convenção relativa à cobertura de riscos de créditos à exportação de bens e serviços de origem portuguesa para Angola. O petróleo foi aceite como garantia do bom pagamento pelo Estado angolano, nos termos de um outro acordo — "Evergreen Crude Petroleum Sales Contract" — em que, além de Angola e de Portugal, o Brasil e a Espanha são as outras partes interessadas.

A Petrogal (Petróleos de Portugal) tem vindo, desde então, a receber os fornecimentos de "crude", procedendo ao depósito dos respectivos valores em instituições financeiras portuguesas (neste momento o Banco de Fomento e Exterior e o Banco Português do Atlântico). Os montantes das contas abertas nestes bancos são, entretanto, utilizados para liquidar os créditos bilaterais.

Desde Outubro de 1992 que a Petrogal não recebe petróleo angolano. Ao que o PÚBLICO apurou, o petróleo que se destinava à cobertura das dívidas com Portugal foi embarcado para Inglaterra e a Sonangol (empresa petrolífera

PRINCIPAIS CREDORES DE ANGOLA

PORTUGAL.....	25,0
ESPAÑA.....	17,4
BRASIL.....	13,0
RFA.....	13,0
FRANÇA.....	13,0
EUA.....	12,0
INGLATERRA.....	4,5
SUIÇA.....	3,0
BÉLGICA.....	1,0
HOLANDA.....	0,3

Fonte: Banco Nacional de Angola. Dados de 1991, extrapolados, relativos a crédito de curto prazo.

angolana) não satisfaz os compromissos nem deu qualquer explicação.

Principal credor

Na recente reunião de Abril, a delegação angolana invocou a situação de guerra que se vive em Angola para justificar os atrasos e a agonia em que a economia do país vem mergulhando. A inflação mensal ultrapassa os 40 por cento, a dívida externa é superior a 7,3 mil milhões de dólares (cerca de 1,05 mil milhões de contos) e a dependência em relação ao petróleo é cada vez maior — 85 por cento das exportações e do produto interno bruto.

Esta situação preocupa o Banco de Portugal, que é o principal credor de Angola (ver quadro). Para além dos cerca de 25 milhões de contos garantidos pelas contas de petróleo, os créditos de longo prazo ascendem a cerca de 50 milhões. Há ainda elevados montantes não quantificados de investimentos e créditos de empresas e bancos portugueses.

Em Dezembro passado, a direcção do Banco de Portugal foi alertada para os vários riscos associados ao agravamento da situação macroeconómica de Angola: acumulação de "atrasados" de pagamentos que atingiam, na altura, mais de 2,5 mil milhões de dólares (cerca de 362,5 milhões de contos, mais do que o Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central — PIDDAC — em 1993); ameaças de "sinistro" junto da Cosec no valor de cem milhões de dólares (cerca de 14,5 milhões de contos); o bloqueio e demoras de pagamento das linhas de crédito com os bancos comerciais.

Nun memorando a que o PÚBLICO teve acesso, a direcção do banco central era aconselhada a transmitir ao Ministério das Finanças a possibilidade de o incumprimento de acordos por Angola ter impacto no Orçamento do Estado. ■

Falso Huambo

EXPRESSO, 8 5 93

Xavier de Figueiredo*

O PRIMEIRO-ministro apareceu uma vez a dar conta dos seus receios pela sorte — tacitamente madrastra, claro — que a batalha do Huambo tinha reservado à pequena comunidade portuguesa na cidade. Era este o sentido, acrescentou, naquele seu ar meio grave, meio contemplativo, de informações de que o Governo dispunha.

Por esta mesma altura andava o MPLA, assim demonstrando que não desaprendeu nada dos manuais das antigas guerras psicológicas, a alimentar uma frenética e corrosiva campanha contra a UNITA, com o propósito óbvio de aviltar e virar contra ela a vitória militar, política e psicológica alcançada no Huambo. Neste caso fazendo passar a organização de Savimbi por uma horda de ruidosos selvagens com um insaciável apetite pela barbárie.

E como ultimamente vem acontecendo — isto é, desde que o MPLA se viu constrangido a adoptar novos «anjos-da-guarda», entre os quais Cavaco Silva — também a chamada campanha do Huambo teve um visível desdobramento em Portugal, por estas e por outras cada vez mais transformado em placa giratória dos interesses de Luanda. A ordem de batalha da campanha, contando com toda a sorte de benevolências, permissividades e ignorâncias domésticas do costume, consistia em:

a) Estabelecer uma relação causa-efeito entre a batalha do Huambo (pela qual a UNITA já vinha sendo culpabilizada...) e

muitas desgraças que tinham atingido a comunidade portuguesa.

b) Explorar entre essas alegadas desgraças as atribuídas a pretensas perseguições e outras sanhas da UNITA contra os portugueses, assim obrtados a penas errâncias pelos matos e outras sinas que tais — nunca provadas, aliás.

A coincidência temporal entre esta campanha do MPLA, orientada como foi no sentido de apresentar os portugueses do Huambo como uns mártires nas mãos impiedosas da UNITA, e a manifestação dos receios de Cavaco Silva fez com que, por mera transposição de ideias, os receios do primeiro-ministro fossem também associados a excessos e patifarias do movimento de Jonas Savimbi.

Mas se Cavaco Silva se ficava apenas pelos receios, outras entidades e instâncias da governação envolvidas na política africana não tinham nenhuma dúvida, embora informalmente. Os portugueses do Huambo ou tinham sido chacinados pelos sanguinolentos homens da UNITA ou tinham conseguido escapar da cidade e andavam penosamente expostos a grandes riscos pelos matos até Benguela.

MPLA: mentira e propaganda

Para ajudar a criar este clima, o MPLA, como sempre fixado no vício de que a verdade é apenas uma coisa destinada a ser manipulada, foi até buscar uma portuguesa, mais angolana que portuguesa, e afinal mulher de um ajudante do general Sukissa, para, entre dois partos no

matos, falar das desventuras de muitos portugueses que, tal como ela, tinham fugido do Huambo. Nunca se viu nenhum.

O que nunca deixou de parecer — e só não parecia a quem, como Cavaco Silva, está obnubilado por uma visão beatífica do MPLA, pese embora o seu passado e as escolas que assimilou enquanto lidou com soviéticos, cubanos e quejandos — afinal é mesmo. O MPLA mais uma vez recorreu à mentira e à propaganda, mesmo estando em causa sentimentos humanos, para tirar partido de situações que, como habitualmente, pretendem reverter contra a UNITA.

Os portugueses, apesar de denotarem os traumas de uma guerra devastadora, que inclusivamente não poupou os seus bens e fazendas, sujeitando-os assim a severas condições de vida, estão afinal no Huambo. Morreram poucos, praticamente não fugiram da cidade (como poderiam dá-los como estando em Benguela?) e as jornalistas independentes disseram que não tinham sido alvo de perseguições, como se insinuou até à exaustão.

No próprio dia em que a verdade vinha assim à superfície, o Governo anunciava o regresso a Lisboa de um avião militar que transportava 32 portugueses refugiados do Huambo, recolhidos em Benguela. Afinal, eram apenas 17 almas, 10 das quais crianças, muitos angolanos e alguns portugueses, oriundos nem se sabe bem de que partes do território.

Como noutras circunstâncias, o Governo voltou uma vez mais a fazer o papel de inocente

útil (ou de patego), constantemente enganado pelo MPLA e pelas capelinhas do regime de Luanda que proliferam portoda a parte. Desacreditando-se assim, uma vez mais, face a realidades em que também devia contar por ter um domínio seguro das questões africanas — que afinal é muito precário.

Se Cavaco Silva não é um voluntarista nem subordina a política do seu Governo a preconceitos como o de não gostar do nariz achatado de Savimbi, então quem é que o enganou quanto à má sorte dos portugueses do Huambo e à fantasmagórica existência em Benguela de 32 refugiados (antes eram muitos mais...) a precisarem urgentemente de serem trazidos de volta a Portugal?

Perante evidências mais que muitas, todas elas comprometedoras do que vinha dizendo e fazendo, o Governo resolver por fim vestir a pele de durão. Convocou a UNITA, vociferou, fez ultimatos, pediu garantias. Queria ir rapidamente buscar os portugueses ao Huambo, fazendo também deste louvável propósito uma conveniente cortina de fumo para retóricas e procedimentos anteriores.

Mas não consta que tivessem sido chamados à ordem, nem os amigos do MPLA, cuja «verdade» acerca do Huambo dispensava elementares perguntas à UNITA acerca dos portugueses, nem nenhum dos muitos zelotes que há anos enganam Cavaco Silva, fazendo-o constantemente tropeçar em erros e «gaffes» que se o comprometem a ele, lesam sobretudo os interesses de Portugal.

* *Jornalista especialista em assuntos africanos*

APÓS ACEITAÇÃO DE LUANDA Paz em Angola só depende de Savimbi

EXPRESSO, 8 5 93

A UNITA solicitou o adiamento da reunião plenária prevista para hoje, para que a sua delegação em Abidjan se possa deslocar ao Huambo para consultas com Savimbi. A delegação partiu esta madrugada a bordo de um avião da Presidência da Costa de Marfim, juntamente com o

MNE deste país, Essy Amara, e o general nigeriano que comanda a missão da ONU em Angola (UNAVEM II).

O Governo de Luanda comunicou já aos observadores a sua aceitação do plano de paz da «troika», após uma série de reuniões realizadas

nos últimos dias no Futungo de Belas, com a participação da delegação governamental às negociações de Abidjan.

«A proposta é equilibrada, oferece garantias, políticas e militares, às duas partes e conta com a total concordância das Nações Unidas e do Presidente da Costa de Marfim. Trata-se de um documento definitivo, que não estamos dispostos a alterar, a não ser que as duas partes angolanas cheguem a um acordo entre elas para propor soluções diferentes», disse ao EXPRESSO o embaixador António Monteiro, representante de Portugal junto da CCPM.

Segundo a mesma fonte, o problema levantado pela UNITA com a recusa de re-

tirar as suas tropas do Huambo e das outras cidades sob o seu controlo resulta de uma visão deturpada da proposta dos mediadores.

Estes não exigem — como afirmam os delegados da UNITA (ver caderno Internacional) — que a UNITA saia das cidades para permitir a entrada de tropas governamentais. «O plano prevê unicamente a reinstalação da administração civil», precisou o diplomata português, acrescentando: «A UNITA deve dar uma prova concreta da sua vontade de paz. Caso contrário, será impossível obter do Conselho de Segurança, a braços com outras tarefas difíceis, nomeadamente na Bósnia, o envio de capacetes azuis para Angola.»

As últimas guerras da paz...

EXPRESSO, 8 5 93

«A UNITA veio a Abidjan disposta a negociar um cessar-fogo, não uma capitulação», disse, na quinta-feira, ao EXPRESSO o general Eugénio Manuvakola, «número 3» do movimento de Jonas Savimbi.

Este general, que liderou a delegação da UNITA nas negociações de Adis-Abeba, assumiu esta semana em Abidjan o papel de «duro», contrariando o optimismo até agora manifestado pelo actual líder da representação do movimento de Savimbi, Jorge Valentim.

Manuvakola não procura esconder estas aparentes divergências entre os homens do Galo Negro, e afirma que, vindo do Huambo, «conhece melhor a situação no terreno e qual seria a reacção dos soldados e da UNITA se lhes pedisse para sair das cidades para deixar entrar de novo os 'ninjas' e as FAPLA».

Estes soldados «não sabem nem quem saber nada das resoluções do Conselho de Segurança e da 'troika'» e só aceitarão depor as armas «quando estiverem seguros de que não os vão matar depois do cessar-fogo», afirma ainda.

UNITA não confia na ONU

O próprio general Manuvakola não parece confiar nas «garantias» das Nações Unidas, que, na sua opinião, assistiram passivamente aos massacres perpetrados pelo MPLA em Luanda e nas outras cidades e condenaram as vítimas, em vez de punirem os criminosos. Insiste, porém, sobre a necessidade de enviar uma força de interposição da ONU para Angola, para separar e desarmar as FALA e as FAPLA. Repete os argumentos invocados por Jonas Savimbi e a emissora da UNITA ao longo dos últimos seis meses para justificar o reinício da guerra: a luta pela sobrevivência, a necessidade de resistir aos planos premeditados do MPLA, empenhado em eliminar Savimbi e destruir o seu movimento para restaurar o regime de partido único, e a existência de uma vasta conspiração internacional para espoliar os angolanos

genuínos e apoderar-se das riquezas de Angola.

O único elemento novo é a implicação de países até agora considerados «amigos» — os EUA e a Costa de Marfim — nesta conspiração universal contra a UNITA. Segundo Manuvakola, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Houphouët Boigny, Essy Amara, ajudou o MPLA a armar uma «emboscada» à delegação da UNITA, quando, a 26 de Abril, tentou levá-la «secretamente» para Luanda em vez de ir directamente para Huambo. «Se a manobra não tivesse sido descoberta a tempo — afirma —, os dirigentes da UNITA podiam ter sido presos ou mortos em Luanda, onde eram aguardados por um batalhão de jornalistas mobilizados pelo Governo para assistir à sua 'rendição'».

O facto realmente grave é que estas declarações surgem quando as negociações de Abidjan estavam quase concluídas, ficando apenas por resolver uma cláusula do ponto 11 — relativo à formação das FAA — do «memorando de entendimento», elaborado pela «troika» e exaustivamente discutido com os observadores e em reuniões a sós entre as duas delegações angolanas.

As negociações de Abidjan já passaram por outras reviravoltas mas este aparente «regresso à estaca zero» surgiu quando o «happy end» parecia iminente.

Os negociadores tinham ido até ao pormenor de garantir a Jonas Savimbi um estatuto equiparado ao de ministro, com todas as regalias inerentes, e uma segurança armada de 15 a 25 guarda-costas.

As questões mais polémicas — libertação dos presos, a ajuda humanitária e a extensão da administração do Estado a todo o território angolano — tinham encontrado soluções consensuais e tudo parecia pronto para a assinatura do «memorando» e do «Protocolo de Abidjan».

Mediadores perdem paciência

Margareth Anstee, representante do secretário-geral da ONU em Angola (ver texto nesta página), preparava-se para

levar a boa notícia a Genebra, onde as Nações Unidas convocaram para hoje uma conferência para coordenar e financiar um vasto plano de ajuda humanitária a Angola, a implementar logo a seguir ao cessar-fogo. Numerosos países tinham já manifestado a intenção de dar o seu contributo para este plano, entre os quais Portugal, que disponibilizou dois aviões C-130.

De repente, a recusa da UNITA de retirar as suas tropas das cidades e localidades ocupadas militarmente desde Outubro passado — e em particular da cidade de Huambo — veio repor em questão todo o processo. As duas partes angolanas mostram-se irredutíveis na defesa das suas posições. A delegação governamental partiu quarta-feira para Luanda, com a promessa de estar de volta para a próxima sessão plenária, marcada para hoje. Deixou aos mediadores a tarefa de convencer Savimbi a aceitar a desmilitarização da UNITA, prevista nos acordos de Bicesse. O embaixador Edmund Dejamette, representante dos EUA na «troika», foi muito claro quando explicou aos homens de Savimbi que devem dar uma prova concreta da sua vontade de pôr fim à guerra, de acordo com as Resoluções 804 e 811 do Conselho de Segurança, iniciando a retirada das suas tropas das cidades ocupadas. Rejeitou também — como irrealista e desajustada — a exigência da UNITA de só iniciar a retirada das suas forças sob a protecção de uma «força de interposição» da ONU.

O tempo razoável concedido pelos mediadores às duas partes angolanas para chegar a um acordo de cessar-fogo está quase esgotado. O general Manuvakola disse ao EXPRESSO que prefere «voltar ao Planalto para aguardar dias melhores» a ter de ceder um milímetro em relação às posições defendidas até agora. Mas a decisão final pertence a Jonas Savimbi.

Longe de restaurar a confiança mútua, as negociações de Abidjan só parece terem contribuído para cavar ainda mais o fosso que separa os dois beligerantes angolanos.

Nicole Guardiola

... e as próximas batalhas da guerra

POUCOS angolanos acreditam ainda no êxito das negociações de paz com a UNITA, 26 dias após o início da reunião de Abidjan, e na quarta-feira a Presidência angolana admitia a possibilidade de um regresso definitivo a Luanda da delegação governamental.

«Olhando para o mapa e observando o que se passa em Benguela, Huambo, Luanda, Cabinda ou Bié, o que é que Abidjan nos pode trazer de novo?», perguntava, revoltado com as notícias provenientes da capital da Costa de Marfim, Januário Trancredo, um

velho de 62 anos que não se identifica nem com o MPLA nem com a UNITA.

«É a guerra das vontades desencontradas», assinala um diplomata. Segundo especialistas militares estrangeiros em Luanda, o cessar-fogo é hoje uma esperança distante. O endurecimento está consumado — admitem ainda diversos observadores.

Para dissipar as dúvidas, basta estar atento às emissões da Voz do Galo Negro (emissora da UNITA) ou a algum lacónico comentário de um alto funcionário do Governo, como o que dizia que,

nas condições actuais, a guerra talvez seja preferível à «pasmaceira» (das negociações).

Não se acredita que a UNITA abra mão das vastas zonas que ocupa militarmente e, perante tal cenário, as tropas governamentais decidiram abandonar a antiga estratégia de guerra convencional, desencadeando acções de guerrilha destinadas a neutralizar as concentrações de tropas rebeldes nos arredores das cidades, apurou o EXPRESSO junto de um oficial do alto comando das FAA.

Diplomacia regional

Receando que o conflito ganhe dimensões regionais, o Presidente José Eduardo dos Santos enviou esta semana o general António França N'Dalo a Pretória com o objectivo de reaproximar as duas capitais. O primeiro-ministro namibiano interveio no mesmo sentido

Continua na pág. 7

As horas amargas de Margaret Anstee

Nicole Guardiola

EXPRESSO, 8 5 93

Dentro de algumas semanas, quando terminar o mandato da actual missão de paz das Nações Unidas em Angola, Margaret Anstee será substituída no cargo de representante do secretário-geral da ONU pelo brasileiro Sérgio Valle e Mello. E terá marcado um lugar de destaque na história da ONU, por nunca ter abandonado a busca de uma solução para o conflito angolano, uma «missão impossível» que é, para si, a coroação de uma carreira de mais de 30 anos na Organização das Nações Unidas, onde desempenhou todos os cargos

A SUA «missão impossível» em Angola constitui a coroação de uma carreira de mais de 30 anos na ONU que lhe permitiu desempenhar todos os cargos, incluído o de subsecretário-geral. «Fiz tudo, e tudo pela primeira vez, como mulher», diz.

Foi esta vontade de quebrar «o círculo vicioso que consiste em dizer que as mulheres não têm capacidade para determinadas funções» que levou Margaret Anstee a aceitar o convite de Butros Ghali para ser o seu representante em Angola. «Era um desafio pessoal, porque era princípio assente que uma mulher não poderia nunca chefiar uma missão de paz, porque era preciso dar ordens aos militares, e estes não iriam aceitar obedecer a uma mulher.»

Anstee não teve grandes dificuldades em conquistar o respeito e admiração dos seus subordinados, civis e militares, que elogiam a capacidade de trabalho e a coragem física desta mulher de 67 anos, de aspecto frágil e sofisticado. Todos reconhecem que mostrou, nas horas mais difíceis, um autodomínio e resistência de fazer inveja a muitos «homens de barba rija».

A inserção na realidade política angolana foi mais complicada, dado o lugar subalterno que as mulheres ainda ocupam em África. Durante a primeira fase do seu mandato, a ONU assumiu um papel apagado face ao protagonismo dos «senhores» da Comissão Conjunta Político-

Continua na pág. 8

Continuação da pág. 6

... e as próximas batalhas da guerra

e prontificou-se a organizar em Windoek um encontro formal entre os chefes das diplomacias sul-africana e angolana, «Pik» Botha e Venâncio de Moura.

Uma fonte da Sonangol (companhia angolana de petróleo) assegurou, por outro lado, que Pretória, em dificuldades devido ao embargo petrolífero a que continua sujeita, quer convencer Luanda a rever a sua recente decisão de suspender a participação da Mobil sul-africana na exploração de um poço de águas profundas no «off-shore» de Cabinda. O Governo angolano espera obter, em troca, «um compromisso sério do Governo sul-africano no sentido de bloquear qualquer tipo de apoio à UNITA».

«Deram-nos garantias formais neste sentido», disse um alto funcionário do Ministério das Relações Exteriores, aparentemente céptico quanto ao valor das promessas de Pretória.

O porta-voz do primeiro-ministro Marcolino Moco disse, por seu turno, que «Abidjan é um exercício necessário para se restabelecer a paz. Mas não pensemos que seja um fim em si

mesmo». Segundo Adelino de Almeida, o Governo acredita que a solução final do conflito passará inevitavelmente pela mesa das conversações, mas não pode permitir que o poder legitimamente conquistado seja usurpado pela força das armas.

Para milhões de angolanos, um cessar-fogo em Abidjan é uma miragem desmentida pela realidade dos violentos combates em curso nas províncias do Bié, Cuanza Norte, Uíge, Malange e Cuando-Cubango.

N'Dalatando reconquistada

A UNITA não desistiu de conquistar a cidade de Cuíto (ex-Silva Porto), capital do Bié, cuja defesa está por um fio desde que os rebeldes obrigaram Luanda a suspender o reabastecimento por via aérea das tropas e populações sitiadas, segundo uma fonte do Ministério da Defesa. As tropas governamentais estão também em dificuldades em Menongue (ex-Serpa Pinto), capital do Cuando-Cubango. Há várias semanas

que estão sob o fogo da artilharia da UNITA.

Mas as hostes da UNITA não estão em muito melhor situação, face à ofensiva desencadeada pelo Estado-Maior das FAA, e que culminou com a reconquista de N'Dalatando. A partir desta posição, as tropas governamentais conseguiram infiltrar grupos de pressão até aos arredores de Negage e em Malange. O objectivo é obrigar as forças de Savimbi a evacuar a província de Malange, para se concentrar na defesa das zonas diamantíferas das Lundas, principal fonte de financiamento da UNITA.

O reforço do potencial bélico das FAA está relacionado com o considerável aumento do fluxo de material de guerra proveniente de antigos e novos aliados do regime de Luanda. «Para a UNITA, a cláusula 'triplo zero' nunca existiu, para nós existiu só no papel», confessa um funcionário do Ministério do Interior.

Gustavo Costa
correspondente em LUANDA

Continuação da pág. 7

As horas amargas de Margaret Anstee

Militar (CCPM), e Margaret Anstee era vista como uma figura decorativa e algo ridícula. Os caracóis louros e as «toilettes» garridas da «tia Guida» eram alvo de troça dos luandenses, e os jornalistas angolanos protestavam em altos berros contra o «portunhol» e a segurança da chefe da UNAVEM.

Por ser inglesa, Anstee era suspeita de simpatias pela UNITA aos olhos do MPLA, enquanto a UNITA procurava apoio da UNAVEM para contrabalançar a alegada «parcialidade» dos observadores portugueses, americanos e russos a favor do MPLA. Circularam boatos acusando Anstee de ser amante de Salupeto Pena, o sobrinho de Savimbi, e um jornal de Luanda chegou a insinuar que tinha ido a Nova Iorque abortar. «Achei esse boato bastante lisonjeador, dados os condicionalismos biológicos que limitam a idade fecunda das mulheres», comenta ironicamente miss Anstee.

Tudo mudou, para pior, após as eleições de 29 e 30 de Setembro, quando anunciou que a ONU considerava a consulta «globalmente livre e justa».

A representante de Butros Ghali diz que as jornadas eleitorais constituem a lembrança mais feliz da sua estadia em Angola e que toda a gente parece esquecer o formidável êxito que foram essas eleições.

Diz que «o povo acreditou na paz, na democracia. Não esquecerei nunca a devoção com que os eleitores depositavam os votos nas urnas». Rejeitando as acusações de ingenuidade e excesso de optimismo, afirma que, pelo contrário, estava cheia de medo. «Sabia que o mandato da UNAVEM não era suficientemente amplo. Apesar de tudo, conseguimos mobilizar voluntários e donativos para garantir os meios humanos e materiais minimamente necessários e levar a cabo a maior operação deste tipo jamais realizada pela ONU.»

A sua lembrança mais amarga é a da «batalha de Luanda», a 31 de Outubro, quando pensou que o processo de paz estava perdido. Pensou que seria muito difícil repor tudo nos eixos, tanto mais que a tensão não parava de crescer desde a divulgação dos primeiros resultados. Na última semana do mês, a situação degradara-se rapidamente, com incidentes por todo o lado. A CCPM estava em reunião quase permanente, e as relações entre as duas partes angolanas, habitualmente cordiais, tornavam-se cada vez mais desagradáveis, com violentos ataques e acusações mútuos.

Luanda estava em pé de guerra, e as patrulhas da UNAVEM já não conseguiam chegar à Baixa, mas Margaret Anstee resolveu desobedecer aos seus assessores militares e ir à reunião da CCPM. A reunião começou mal, mas quando se esperava o pior, de repente a tensão abrandou. «O MPLA e a UNITA chegaram rapidamente a um acordo de cessar-fogo e resolveram enviar comissões mistas a todos os bairros para acalmar os ânimos e convencer as pessoas a deixarem as armas e a voltarem para casa.»

Com um suspiro de alívio, Anstee decidiu então estar presente no almoço oferecido pelo embaixador da Grã-Bretanha às duas delegações angolanas. «Esperámos, esperámos, mas nunca chegaram», recorda. Passada uma hora, houve uma

forte explosão mesmo ao lado da embaixada, onde havia um quartel da Polícia, e quase imediatamente iniciou-se um tiroteio generalizado por toda a cidade. Não conseguiram sair. «O embaixador estava em contacto via rádio com as outras representações diplomáticas da CEE e dos EUA, e eu consegui estabelecer contacto com Savimbi, que se recusava a atender qualquer outra chamada. Ninguém dormiu durante toda a noite, e foi assim que conseguimos negociar um cessar-fogo com o Governo e a Polícia.»

Perdera-se o contacto com os homens da UNITA, que «pareciam ter enlouquecido. Salupeto [Pena] não ouvia nada, só gritava insultos e ameaças.»

Foi por achar que o destino era cruel para com o povo angolano que se empenhou a fundo nas sucessivas tentativas de mediação: Namibe, Adis Abeba I e II, Abidjan. Os seus esforços de conciliação não agradaram nem à UNITA nem ao Governo de Luanda. A 8 de Março, uma manifestação de mulheres da OMA (organização feminina do MPLA) saiu para as ruas de Luanda para exigir a substituição de Anstee e, no dia seguinte, o próprio Jonas Savimbi anunciava a intenção de não voltar à mesa de negociações até ser nomeada uma personalidade de prestígio internacional, de preferência africana, para a substituir. Como era de esperar, Butros Ghali e o Conselho de Segurança reafirmaram o seu apoio a Anstee.

As pressões dos Estados Unidos e da Costa de Marfim obrigaram Savimbi a aceitar a mediação da «tia Guida» na reunião de Abidjan, mas, pouco antes da data marcada, a Voz do Galo Negro lançava um novo ataque, com ameaças veladas, contra a representante do SG da ONU — aquele que pode ser considerado um dos maiores erros tácticos da UNITA. A violência das acusações e os termos soezes utilizados acentuaram ainda mais o isolamento internacional de Savimbi, destruindo o capital de respeitabilidade de que ainda dispunha no Ocidente.

Margaret Anstee confessa que «não foi fácil» aceitar as desculpas e estender a mão aos homens que a chamaram publicamente «prostituta política». Considerou que os insultos não atingiram a sua pessoa mas a instituição que representa, e interpretou-os como «um sinal de fraqueza» que poderia ser aproveitado «para fazer avançar o processo de paz». E Anstee está determinada a não arredar pé de Abidjan sem ter esgotado as possibilidades de conseguir um cessar-fogo.

Admite que, às vezes, perde a paciência ou deixa-se vencer pelo pessimismo. Sente saudades das rosas do seu jardim inglês e preocupa-se com a ideia de não poder estar ao lado da tia de 82 anos, em Junho, para a festa que os 17 habitantes da aldeia organizam anualmente para angariar fundos para a conservação da pequena igreja local. Tem projectos que tenciona realizar depois de se reformar e uma casa de adobe à sua espera na Bolívia, à beira do lago Titicaca, onde só dormiu uma noite, em Setembro de 1991, tendo diante de si a «mais bela paisagem do mundo». Orgulha-se de ser a única branca da aldeia.

As rosas de miss Anstee têm espinhos, e os seus sorrisos escondem nervos bem temperados. «Sempre me senti feliz por ter nascido mulher.»

Angola continua longe da paz

Ninguém quer perder a face

PÚBLICO, 9.5.93

Jorge Heitor

Nenhum dos beligerantes em Angola quer aparentemente perder a face e ficar por eventual culpado de um possível malogro das conversações de Abidjan. Só por isso, talvez, é que elas ainda persistem, ao fim de quatro semanas. Mas ninguém acredita que da Costa do Marfim surja, nos próximos dias, uma verdadeira garantia da paz para os angolanos.

Os episódios do constante interromper e reatar das conversações de Abidjan sobre a paz em Angola já vão sendo ridiculamente corriqueiros, aos olhos do cidadão comum, seja ele português ou angolano. E o que de facto ressalta é uma aparente falta de vontade profunda de cada uma das partes em se entenderem o mais depressa possível e enterrarem de vez os machados de uma guerra que já vai longa

demais. A ruptura do diálogo pode estar iminente.

Se bem que a meio da última semana se tivesse noticiado que "só faltava um ponto" para se chegar a acordo nas negociações patrocinadas pelo Presidente da Costa do Marfim, Félix Houphouët-Boigny, a verdade é que as duas partes continuam a divergir bastante quanto a muitas questões e que ninguém verdadeiramente isento está a ver com um mínimo de realismo as armas calarem-se em Angola daqui a alguns dias.

O ministro dos Negócios Estrangeiros do país que está a servir de cenário a estas arrastadas conversações, Essy Amari, foi ontem de novo ao Huambo, a fim de uma vez mais tentar convencer Jonas Savimbi a ser transigente e a facilitar o cessar-fogo, mesmo que os 15.000 "capacetes azuis" prometidos pela ONU ainda demorem porventura alguns meses a chegar a Angola.

A delegação da UNITA nos contactos de Abidjan, de que são figuras principais Jorge Valentim e Eugénio Manuvakola, também foi ontem às ruínas da antiga Nova Lisboa, a fim de dialogar com o líder do partido e com o Estado-Maior das respectivas Forças Armadas, as FA-

LA. E receia-se que não volte tão depressa à mesa das negociações.

Luanda intransigente

Na véspera, o Governo de Luanda manifestara-se intransigente quanto à ideia de fazer quaisquer concessões, no que diz respeito à pretendida retirada dos adversários das zonas que eles controlam e que representam sensivelmente metade do vasto país.

O Conselho de Ministros, reunido de urgência, sob a presidência do Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, recomendou à sua delegação nas conversações, chefiada pelo general Higinio Carneiro, que não aceite nenhum cessar-fogo sem que a oposição armada se retire das terras ocupadas, a começar pela martirizada Huambo; e sem que a administração central possa ser alargada a essas áreas.

A UNITA tem vindo a dizer que as suas forças só abandonam as posições actualmente ocupadas depois de lá chegarem as tropas das Nações Unidas, pois não tem a mínima confiança na parte governamental, que acusa de o ano passado — um mês após as eleições — ter procedido a massacres em Luanda, Viana e Malanje.

A Costa do Marfim gostaria

muito de ficar por garante de uma paz finalmente restabelecida em Angola, depois de falhada aquela que há dois anos foi negociada em Bicesse, nos arredores de Lisboa. Mas o delegado da UNITA em Portugal, Adalberto da Costa Júnior, manifestou-nos dúvidas de que, mesmo com um documento assinado sob a égide de Houphouët-Boigny, a paz entre os angolanos possa ser uma sólida realidade nos meses mais próximos: "Separam-nos todas as questões essenciais".

De parte a parte, as desconfianças continuam a ser muitas, com o Governo a sublinhar que o partido de Savimbi não aceitou democraticamente os resultados das legislativas e presidenciais de Setembro; e a UNITA a alegar que as autoridades nunca deram provas de respeitar a integridade física dos seus quadros, tendo inclusive permitido a morte do vice-presidente do partido, Jeremias Chitunda, e de pelo menos outro dirigente, Salupeto Pena.

Por isso, a guerra continua, com largas dezenas de milhares de homens em armas, ninguém sendo capaz de vaticinar com um mínimo de segurança quando é que acabará. ■

Reunião dos PALOP em São Tomé e Príncipe

"Cinco" ponderam condenação da UNITA

PÚBLICO, 5.5.93

UMA CONDENAÇÃO explícita da UNITA poderá vir a ser a única nota digna de registo na XV Comissão Ministerial dos "Cinco", cujos trabalhos, iniciados na segunda-feira, encerram hoje no Palácio dos Congressos, em São Tomé. Mas, ontem ainda, as reticentes subtilidades de São Tomé e Príncipe e de Cabo Verde levaram um delegado a dizer que tudo estaria em aberto até ao fim — a situação de guerra existente em Angola esteve no centro da agenda política e ameaça transformar-se numa dor de cabeça para os redactores do comunicado final que será divulgado esta tarde, no fim do encontro.

A delicadeza da tarefa da Co-

missão Política, que procedeu ao balanço da cooperação político-diplomática e vai ter de compatibilizar, no comunicado final, todas as divergências e nuances forjando uma posição comum, foi reconhecida por um delegado visitante que desabafou nos corredores: "Não é assim tão fácil como pode parecer."

A delegação angolana, chefiada pelo ministro Venâncio de Moura, quer partir para a reunião ministerial dos "Cinco" com Portugal, marcada para sexta-feira e sábado, em Lisboa, ancorada numa posição comum explicitamente condenatória da UNITA.

Invocando a tradicional solidariedade que caracterizou déca-

da e meia de coesão política, o chefe da diplomacia angolana pressiona nesse sentido. Mas ao fim da tarde era ainda prematuro falar-se em termos de tendência de comunicado final no capítulo relativo à situação em Angola.

Sabe-se que o Chefe de Estado são-tomense, Miguel Trovoada, constitucionalmente responsável pela política externa do país e actual presidente coordenador dos "Cinco", não vê com bons olhos um alinhamento acentuado, que, segundo ele, retiraria margem de manobra ao país, enquanto coordenador do grupo, e anularia pretensões de mediação.

Em relação à situação em Moçambique, o ministro dos

Negócios Estrangeiros são-tomense, Albertino Bragança, afirmou que apesar da esperança nascida com a assinatura dos acordos de paz, o grupo está preocupado com "algumas posições que vêm sendo assumidas por alguns intervenientes". Reiterou depois o apoio do grupo ao Governo moçambicano "pela flexibilidade que vem demonstrando, e à Renamo pela continuada adesão aos acordos de paz".

A agenda de trabalhos inclui o estudo da viabilidade da cooperação económica, à luz das perspectivas de transformação dos "Cinco" num grupo com estatuto regional, com base em afinidades linguísticas e culturais, tal como prevê Lomé IV.

Projectos comuns nas áreas da saúde, ensino, administração pública e gestão empresarial, com um financiamento de cerca de 40 milhões de dólares, já garantido pela CE, constituem o prelúdio desse novo estatuto. ■

Conceição Lima,
em São Tomé

O messias dos 'boer'

EXPRESSO, 8.5.93

A AMEAÇA, há muito temida, da posição dos brancos da extrema-direita sul-africana quanto ao processo de negociações parece ter atingido um ponto crítico com o aparecimento de um atarracado general para seu líder.

Esta semana, uma multidão de sete mil lavradores brancos juntou-se num estádio de «rugby» perto da cidade de Potchestroom e recebeu em delírio o general Constand Viljoen, antigo chefe da Força de Defesa sul-africana, que fez a sua primeira aparição pública numa tribuna da extrema-direita.

O aparecimento do general, vindo de uma quinta do Transvaal onde vivia desde a sua passagem antecipada à reserva, veio dar um novo alento aos direitistas, que pensam ter encontrado finalmente um líder capaz de os unir para fazer frente ao Governo reformista do Presidente FW De Klerk.

O general Viljoen foi aliciado para a política por um grupo de antigos comandantes das

forças armadas e policiais, que o convenceram no mês passado a juntar-se a eles para formar um autodesignado «Comité dos Gerais». Este comité destina-se a reunir quase uma vintena de organizações desavindas da direita, que têm gasto as suas energias em altercações sobre a forma de lutar contra o Governo de De Klerk.

O comité ficou formado numa reunião nos arredores de Joanesburgo, a 21 de Abril — precisamente no dia seguinte ao assassinio do secretário-geral do Partido Comunista Sul-Africano, Chris Hani. A decisão de tentar unir a direita em redor de antigos comandantes das forças de segurança parece ter sido precipitada pelo receio da militância negra demonstrada nas grandes manifestações que se seguiram ao assassinio de Hani.

Mas a importância do «Comité dos Gerais» foi reforçada pouco depois da morte, por ataque cardíaco, de Andries Treurnicht — líder do grupo parlamentar da direita, o Parti-

do Conservador. O vácuo de liderança que se seguiu será, segundo esperam, preenchido pelos generais, da mesma forma que os «afrikaners» foram liderados durante a guerra dos «boers» pelos seus grandes heróis.

A figura-chave entre os generais era Viljoen, que liderou as forças de defesa durante os anos do aventureirismo militar sul-africano, na era do «apartheid» — planificando e dirigindo a invasão de Angola e a desestabilização de Moçambique através de apoios secretos à Renamo.

Dar vivas sem saber a quê

O general, embora tenha passado à reforma três anos antes do previsto, em 1985, continua a ser um dos militares mais admirados pelos «afrikaners», tendo a reputação de ser o «Rommel do subcontinente».

Apesar do êxito deste seu primeiro aparecimento público em Potchestroom, continua a haver dúvidas sobre se terá capacidade para um protagonismo do tipo ambicionado pelos ultradireitistas.

O seu discurso teve ressaibos da retórica anticomunista da guerra-fria, mas aparentemente a sua audiência não com-

preendeu a relativa moderação do que lhes estava a dizer.

A dada altura, a multidão desatou a aclamá-lo de pé quando ele disse que era preciso tomar medidas para «suspender as negociações...». A ovação provocada por estas palavras quase impediu que se ouvisse o resto da frase: «... e voltar à plataforma do Acordo DF Malan».

O significado das suas palavras perdeu-se nas ruidosas aclamações, mas este Acordo foi assinado entre o Governo de Pretória e organizações políticas negras em 1991 e referia-se ao fim da luta armada. Aparentemente, o general Viljoen está apenas a tentar reforçar esse Acordo para que seja possível definir com maior rigor a responsabilidade política das organizações paramilitares. Não estava a exigir o regresso à supremacia branca nem a revogação da autorização de exercer actividade política ao ANC e ao PC, concedida em 1990.

Mas os «boers» continuaram a dar vivas sem saber a quê. Quando regressou da tribuna, o seu herói confidenciou: «O problema é que não consigo estar à altura do que esperam de mim».

David Beresford
correspondente em
JOANESBURGO

Em causa o reconhecimento do Governo de Luanda pelos EUA

PÚBLICO, 6.5.93

A sombra de Soares entre Lisboa e os PALOP

O relacionamento político-diplomático entre Portugal e os cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) poderá ser penalizado pelas recentes declarações do Presidente Mário Soares, contrárias ao reconhecimento do Governo angolano pela administração Clinton. Uma fonte da XV Comissão Ministerial dos «cinco» disse ao PÚBLICO que as afirmações feitas pelo Chefe de Estado português «envenenaram» o espírito do relacionamento entre Lisboa e os PALOP e não ficaram sem resposta.

Esta reacção foi obtida ontem, dia em que se encerraram os trabalhos da Comissão Ministerial que se reuniu em S. Tomé para preparar a Cimeira dos «cinco+um», que hoje e amanhã junta à mesma

mesa de negociações, em Lisboa, os ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e dos cinco PALOP.

«É uma afronta», dizia ontem em S. Tomé um delegado visitante a propósito da posição manifestada por Mário Soares, enquanto a Comissão Política dos «cinco» procurava uma posição consensual sobre a situação em Angola, assegurando que o desagrado do conjunto dos PALOP será manifestado sem eufemismos na reunião de Lisboa.

UNITA «responsabilizada»

Entretanto, o comunicado final da XV Comissão Ministerial, divulgado ao princípio da noite de ontem, culminou um meticuloso

exercício de acrobacia entre a condenação explícita da UNITA — sustentada, naturalmente, pela delegação angolana chefiada pelo ministro angolano Venâncio de Moura e subtilmente apoiada pela Guiné-Bissau e Moçambique — e a condenação implícita do movimento de Jonas Savimbi — defendida por S. Tomé e Príncipe e por Cabo Verde.

A fórmula final responsabiliza a UNITA pela actual situação de guerra em Angola, sublinha que qualquer solução terá de respeitar os parâmetros estabelecidos pelos acordos de Bicesse, confirma a validade das eleições de Setembro e reconhece a legitimidade das instituições democráticas em Angola.

Não foi fácil chegar a esta formulação. Na terça-feira, a Comissão Política — o órgão responsável pela redacção do comunicado final de cada Co-

missão Ministerial — dispersou-se perto da meia noite. Os seus integrantes deixaram a reunião extenuados e sem conclusões.

Ao princípio da tarde de ontem, poucas horas antes de o projecto de comunicado final ter sido submetido à aprovação em plenário, a delegação angolana mantinha a proposta de uma condenação explícita da UNITA. «Não viemos a S. Tomé para ouvir apelos abstractos às partes», dizia um elemento da delegação encabeçada por Venâncio de Moura, «o mínimo que se deve esperar da diplomacia angolana é a busca de apoios concretos».

Entre a condenação implícita da UNITA e o apoio explícito aos governos angolano e moçambicano, o comunicado final da XV Comissão Ministerial dos «cinco» optou ainda pelo comedimento no trecho em que deplora a saída da RENAMO das comissões relacionadas com o processo de paz em Moçambique.

Assim, embora se tenha mais uma vez posto a ênfase na necessidade de rentabilizar a vertente económica da cooperação, foi a dimensão política do relacionamento entre os «cinco» que de facto dominou a reunião de S. Tomé. Um panorama que certamente se repetirá em Lisboa. ■

Moçambique

Líder da Frelimo endurece posição

PÚBLICO, 7.5.93

O PRESIDENTE Joaquim Chissano está a endurecer, claramente, o seu tom, nas relações com os diferentes partidos de oposição à Frelimo, que se continua a considerar a força maioritária na sociedade moçambicana e que assim pretende confirmar-se nas eleições do próximo ano.

Ontem, o boletim MediaFAX, que se publica em Maputo, noticiou que — se as eleições legislativas fossem já, e não só daqui a 13 ou 14 meses — a Frelimo, há quase 18 anos no poder, conseguiria 39,6 por cento dos votos na capital, face a 14,8 por cento da Renamo e a 11,6 de uma eventual coligação de outros partidos.

Dez por cento dos 500 inquiridos pela empresa Gestinform não responderam e 24 por cento disseram não tencionar votar em nenhuma das três hipóteses apresentadas, tendo-se concluído que o partido de Eduardo Mondlane e Samora Machel poderá continuar a ser aquele que tem mais simpatizantes em Maputo, mas que não chega mesmo assim a atingir metade do eleitorado.

Por outro lado, segundo as províncias de origem dos inquiridos, verificou-se que a Frelimo é mais popular nas de Gaza, Maputo e Nampula, enquanto a Renamo obtém as melhores classificações nas de Manica, Tete e Sofala, no centro de Moçambique.

Quanto ao político mais credenciado para protagonizar uma terceira candidatura às presidenciais, para além das propostas de Chissano e de Afonso Dhlakama, os cidadãos consultados pronunciaram-se essencialmente a favor de Máximo Dias, secretário-geral do Monamo, e de Domingos Arouca, presidente da Fumo.

Recentemente, o Presidente da República (e da Frelimo) disse que, se a situação em Moçambique seguir o caminho de Angola, "o povo tem o direito de se proteger e de não se deixar matar como galinhas".

Chissano falou assim depois de a BBC haver noticiado que os homens da Renamo teriam recebido instruções para se prepararem para recomeçar a guerra, tendo como principais alvos Maputo, Beira e Nacala.

O seu discurso teve também em conta os rumores de que nas zonas onde as Nações Unidas ainda não entraram a Renamo estará a formar novos militares. Mas o Presidente não se ficou por aí, tendo mesmo acusado Máximo Dias e Domingos Arouca de possuírem nacionalidade portuguesa, pelo que não lhes seria fácil candidatar-se a altos cargos em Moçambique. ■

João Ferraz, em Maputo, com MediaFAX

Transição 'rejeitada'

EXPRESSO, 8 5 93

DUAS sondagens cujos resultados foram divulgados esta semana mostram que a maioria dos moçambicanos são contrários à constituição de um governo de transição, proposta que a oposição não armada tinha apresentado recentemente.

Os inquéritos de opinião, efectuados na semana passada por dois organismos independentes — a Mediafax, uma das fontes de informação mais procuradas no país, e a Gestinform, uma empresa especializada em sondagens —, abrangem seis centenas de pessoas com mais de 24 anos e representando um vasto leque social, desde donas de casa a professores universitários.

No primeiro caso (107 interpellados, em Maputo), 56 por cento dos inquiridos manifestaram-se contra o governo de transição e 43 por cento a favor. Um por cento dos inquiridos mostrou-se indeciso. No segundo, mais representativo (500 pessoas de várias regiões do país), o resultado foi de 48 por cento contra, 39 por cento a favor e 13 por cento de indecisos.

Nalguns casos, militantes declarados da Frelimo, no poder, manifestaram-se a favor de um governo de transição, enquanto militantes de partidos da oposição, como o MONAMO/PMSD, de Máximo Dias — um dos mais fervorosos defensores de um governo de transição —, se declararam contra.

Doze partidos não armados, seis já registados e outros seis ainda em constituição, tinham abandonado na semana passada uma reunião convocada pelo

Governo para estudar o anteprojecto de lei eleitoral, como forma de pressionar o Executivo de Joaquim Chissano a aceitar um governo de transição.

Maputo considera que, «no mínimo», a pretensão «é antidemocrática», e reitera que não cederá. O secretário-geral (interino) do Conselho Cristão, reverendo Lucas Amosse, e o presidente do Congresso Islâmico de Moçambique, Hassan Makda, são igualmente contrários à ideia.

Face à desconfiança manifestada por quase toda a oposição em relação aos resultados de eleições conduzidas pelo actual Governo, os inquiridos avançaram — «para se evitar a reedição de Angola» — algumas medidas alternativas a um governo de transição. Entre elas propõe-se, nomeadamente, a formação de um governo composto exclusivamente por independentes (que apresentariam declaração de rendimentos), eleições no quadro do acordo geral de paz e, logo que possível, criação de uma conferência multipartidária permanente.

Segundo a sondagem da Gestinform, se as eleições se realizassem agora, a Frelimo seria a força vencedora, com 39,6 por cento, seguindo-se a Renamo (14,8) e uma eventual coligação partidária contra os partidos armados (11,6). 34 por cento dos inquiridos mostraram-se indecisos.

Refinaldo Chilengue
correspondente
em MAPUTO

Polícias mortos no Soweto

PÚBLICO, 6.5.93

ATIRADORES não identificados mataram ontem no Soweto quatro polícias sul africanos, numa emboscada aparentemente destinada a polarizar ainda mais as comunidades branca e negra do

país. A polícia disse que cinco outros agentes ficaram feridos no ataque a uma carrinha que transportava 23 efectivos. O atentado foi reivindicado pelo Exército Popular de libertação da Azânia (APLA) e surge na sequência da morte de cinco civis brancos noutro "raide" ocorrido no sábado na cidade de East London, na província do Cabo. ■



NÃO DEIXE DE ASSINAR

Uma seleção criteriosa, precedida de comentários, de recortes das principais notícias sobre os países africanos de língua oficial portuguesa e sobre a África Austral publicadas em jornais e revistas internacionais

Eleições sul-africanas

OS PRINCIPAIS grupos políticos da República da África do Sul comprometeram-se ontem formalmente a marcar dentro de quatro semanas as primeiras eleições multirraciais do país, para uma Assembleia Constituinte, e disseram que as mesmas se deverão efectuar até ao fim de Abril do próximo ano. Os representantes do Governo, do Congresso Nacional Africano e do Partido Inkatha disseram estar de acordo com a proposta que foi aprovada das conversações constitucionais em curso na região de Joanesburgo. Mas os delegados do Ciskei (um bantustão pseudo-independente) e do Partido Conservador levantaram algumas objecções. Entretanto, 20 organizações da extrema-direita, incluindo os conservadores, constituíram em Pretória um movimento de luta pela autodeterminação dos afrikaners. ■

PÚBLICO, 8.5.93

Milhares de pessoas de regresso às suas casas em Moçambique

PÚBLICO, 5 4 93

A calamidade dos refugiados

*Dos nossos enviados
César Camacho (texto)
e Alfredo Cunha (fotos)
em Maputo*

Aos que voltam dos países vizinhos chamam refugiados. Os que estão em Moçambique, mas fora das suas zonas de origem, são deslocados. Só o nome é diferente. Cada refugiado-deslocado é um problema e há milhões de problemas. Tudo isto numa palavra diz-se calamidade.

São milhares de pessoas na jornada de regresso a Moçambique. Ainda não é nada organizado e praticamente não há estruturas de acolhimento. Duzentos mil entraram pela fronteira de Tete, vindos dos campos de Chikwi e N'Songe, no Malawi. Mas Tete tem estado a contas com uma epidemia de cólera, com mais de 400 casos mortais. No entanto, o desejo de regressar à terra de origem suplanta tudo.

O cardeal D. Alexandre dos Santos anda a visitar esses campos, desde domingo. A Igreja, com algumas organizações não governamentais, é que se tem interessado por este inevitável movimento maciço de populações. Os problemas só mudam de nome. Os milhares que regressam são designados como refugiados e os que estão no país fora das suas zonas de origem ficam com a designação de deslocados.

Num campo destinado a deslocados assistimos a uma distribuição de feijão. É uma operação da responsabilidade de um departamento governamental. Na gíria popular é conhecido por "Chi-calamidade", por o departamento ter como função prestar apoio a populações vítimas de calamidades. É ele próprio uma calamidade. Chega ao campo, que tem mais de dez mil pessoas, um camião com 60 sacos de feijão. Cinquenta quilos, muito

aparentes, por saco. É feijão destinado a semente. Os homens que descarregam têm uma espantosa habilidade para fazer rebentar os últimos sacos que não resistem ao impacto com o chão de areia.

De imediato mulheres e crianças precipitam-se a recolher todos os grãos, a uma velocidade que faria inveja à galinha mais expedita. Ouve-se gritar "não rouba". Placidamente sentado num tronco de árvore caída, um homem dos seus 60 anos, observa a cena e diz, muito calmo: "A mulher não está a roubar. Está só a aproveitar o que outros não roubaram até chegar aqui".

O que fará ali aquele homem, entretido a ler folhas soltas de um livro que tem impresso o nome de Carneiro Gonçalves? É deslocado, tanto como os outros. Veio de Inhambane.

Agora que quer voltar não tem dinheiro para a viagem. De repente, o homem levanta-se e afasta-se. Aproxima-se o "secretário" do campo, montando uma bicicleta que ainda cheira a nova. Mandá dois garotos buscar cadeiras para as visitas. Pergunta a que brigada pertencemos. Dizemos que não somos brigada. Apenas jornalistas portugueses, interessados em ver como se vive naquele campo.

"Tem autorização do administrador do posto?" Mostramos a credencial facultada pelo Ministério da Informação, em Maputo. Lê demoradamente, na frente e no verso. Medita e, finalmente diz: "Está tudo bem, mas têm que trazer autorização do administrador do posto." O homem velho, afastado, sorri com todo o ar de quem está habituado a assistir a cenas tão caricatas. Entretanto já o fotógrafo do PÚBLICO, acompanhado de um delegado do Núcleo de Apoio a Refugiados e Deslocados, tinha visitado parte do campo. O "secretário" vê as máquinas fotográficas e desfaz-se em sorrisos e boa vontade. Os milagres que a objectiva de uma máquina fotográfica consegue são um espanto.

Cidades do nada

Há grupos de refugiados que viajam dias e dias, com os parcos pertences à cabeça, filhos às costas. Um ou outro tem um burro. Pior é quando o burro é teimoso como só os burros sabem ser e se recusa a andar, nem carregado nem leve, como aconteceu a um pobre homem, forçado a sacrificar parte de uma couve para a qual ele tinha imaginado outro destino.

Os grupos apontam o rumo a qualquer eixo de estradas e muitas vezes a duração da viagem fica dependente da capacidade de resistência. Muitos acabam por se instalar acompanhando qualquer estrada que mostre sinais da passagem de camião ou jipe.

Com o aparecimento das chuvas, ao fim de anos de seca, alguns deles aproveitam essa bênção e semeiam, em paralelo com alguma criação doméstica. Onde houver um porco é sinal que se trata de gente que decidiu ficar por ali. As galinhas ainda se transportam, mas o porco já não. E assim que do nada começam a surgir povoações inteiras. Há gente que nasceu na estrada e também gente que não sobreviveu à caminhada.

Lá fora, no Malawi, no Zimbábue, na Zâmbia e África do Sul ainda estão perto de dois milhões de refugiados moçambicanos. Ainda não há grandes sinais de se processar uma operação de retorno organizada. A Igreja católica tomou a iniciativa de realizar um seminário sobre este problema. Reuniram-se os bispos de todas as dioceses do país e representantes de organizações humanitárias. Mas a Igreja sozinha não tem meios para realizar tarefa de tamanha grandeza. O cardeal D. Alexandre foi visitar os campos do Malawi para dizer aos refugiados que a "guerra acabou e é preciso que os moçambicanos voltem para casa". Agora também é preciso saber como, porque "o quando" tem que ser agora, antes da próxima estação das chuvas.

A urgência na operação regresso não respeita só às questões logísticas e de devolução das populações às suas terras de origem. Tem a ver com a necessidade de incluir todos esses milhares de pessoas no programa de identificação e recenseamento, visando conferir-lhes os di-

reitos cívicos comuns a qualquer cidadão.

A grande preocupação com este problema dos refugiados é a inevitável atracção exercida pelas cidades. Tete, Beira e Maputo são alvos preferenciais para estas populações. A Beira é já uma cidade doente, incapaz de sustentar os mais de meio milhão de habitantes. O presidente do Conselho Executivo da cidade (equivalente à Câmara Municipal) anunciou uma acção de despejo que envolve 200 famílias. É rara a família com menos de dez pessoas. Trafá-se de gente que vive em edifícios de tal modo degradados que ameaçam ruína. Mas os dirigentes camarários dizem que não têm meios para realojar toda essa gente, a que já está na cidade e a que chega todos os dias.

O fantasma do Zaire

Até agora o povo moçambicano tem mostrado uma incrível capacidade de resistir a desastres. Mas já há temores quanto ao que ao que a fome e a miséria podem provocar. O desemprego crescente, a desmobilização de militares e milicianos e retorno maciço de refugiados podem transformar-se em pesadelo. Há dirigentes dos designados partidos não armados que falam abertamente do receio de aqui se repetir o que aconteceu em algumas cidades do Zaire, particularmente em Kinshasa. É o receio do assalto e da pilhagem.

O Governo parece agora mais atento à questão do pagamento dos salários aos militares, tanto aos que vão sendo desmobilizados como aos que ainda se mantêm no activo. Mas isso está a ser feito com uma perigosa lentidão. Entre representantes da ONU, aqui em Maputo, esses receios não são escondidos.

Quando os preços de bens essenciais, sobem em flecha e os salários estão congelados. É difícil pedir ao povo que esteja sereno, à espera de nada. Basta lembrar que dias antes do Primeiro de Maio as rendas de casa aumentaram 100 por cento e ninguém ouviu a menor referência a aumento dos salários. ■

OPOSIÇÃO QUER CASAS

A primeira reunião multipartidária em Moçambique, para discutir a lei eleitoral saldou-se num verdadeiro falhanço com a oposição a abandonar a sala, após o discurso de abertura. Motivo: querem casas para as suas sedes.

● TERESA LIMA, em Maputo

SÁBADO, 7-13 5 93

O "baile das casas" não é agora património apenas da Renamo. A oposição não armada boicotou a primeira reunião multipartidária, para consulta eleitoral, como forma de pressionar o governo a conceder-lhes instalações para as suas sedes.

Após o discurso de abertura, pronunciado pelo presidente da República, Joaquim Chissano, um membro do Partido de Convenção Nacional (PCN), leu um comunicado, em nome dos doze partidos da oposição ali presentes, no qual se afirmava a sua intenção de boicotarem a conferência. A Renamo não compareceu alegando não ter tido ainda tempo suficiente para discutir em profundidade o projecto da lei eleitoral proposto pelo Governo. Aliás, os doze viriam a fazer a mesma alegação, o que foi categoricamente rejeitado pelo Ministro da Justiça, Ali Dauto, que sublinhou que a data da consulta eleitoral tinha sido previamente acordada com todos, há um mês atrás, não tendo, na altura, havido quaisquer objecções. Mas o argumento de peso apresentado pela oposição foi o facto do governo não ter respondido positivamente ao seu pedido de casas.

Na sequência deste "incidente" o Ministro da Construção e Águas anunciou que estavam a ser feitas diligências para encontrar imóveis para serem arrendados aos partidos da oposição, já legalizados, frisando que estes continuarão a ser propriedade do Estado, como acontece com as casas atribuídas à Renamo. Existe ago-

ra pressão para que a Frelimo seja também obrigada a pagar rendas, o que não acontece pelo menos em dois casos: a sede do Comité Central em Maputo e a sede da Frelimo na cidade de Pemba, província de Cabo Delgado, que são ambas propriedade do partido no Poder.

As duas partes nesta "confrontação" acusaram-se mutuamente de "pouco democráticos" mas o governo anunciou a sua intenção de estudar o documento dos 12.

Observadores na capital moçambicana falam de falta de seriedade quer do governo quer da oposição. Isto porque o governo sabia de antemão que teria que dar uma resposta mais positiva sobre o dossier "casas" antes de começar a multipartidária e não o fez. Por outro lado, a oposição não armada, aproveitou a "holeia" desta exigência, para vir no "documento de boicote" e à última hora, condicionar a sua participação na discussão da lei eleitoral à constituição imediata de um governo de transição em Moçambique, para além da falsa alegação de falta de tempo.

Com mais de 65 por cento dos efectivos dos capacetes azuis em território moçambicano, o que significa a existência de condições para o processo de desmobilização e acantonamento dos exércitos do Governo e da Renamo, torna-se urgente ultrapassar os "problemas logísticos" e pôr de novo a funcionar as comissões estabelecidas no Acordo de Roma.

Aldo Ajello, representante do secretário geral da ONU em Moçambique, re-

gressou com "boas notícias" de uma viagem que efectuou a Nova York e à Europa.

Dos representantes de três dos países mediadores, Portugal, França e Itália, Ajello recebeu garantias de que serão disponibilizados dinheiros para a criação de dois fundos cruciais para colocar nos carris a máquina do processo de paz.

O primeiro será destinado à criação de condições logísticas (casas, comida, comunicações e transporte) para a Renamo se transformar de movimento armado em partido político. O segundo montante deverá ser atribuído a todos os partidos políticos, não sendo ainda conhecida a proporcionalidade da distribuição dos dinheiros. Os dois fundos somarão a quantia de 30 milhões de dólares. Segundo Ajello, o próprio secretário geral das Nações Unidas, Boutros Ghali, se empenhará em arranjar doadores para estes fundos.

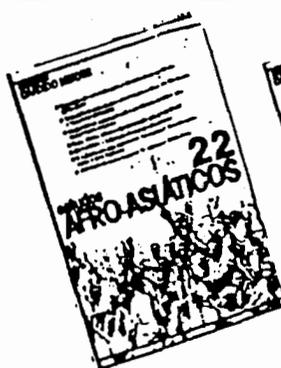
A Itália que inicialmente se tinha disponibilizado para arcar com toda a responsabilidade destes dinheiros, será apenas agora um contribuinte como outro qualquer.

Na Conferência de Roma, com os doadores do processo moçambicano, a Comunidade Europeia recusou-se a discutir a questão da atribuição de fundos de apoio aos partidos políticos, mas agora, de acordo com Aldo Ajello, esta posição foi flexibilizada e ultrapassada.

É a primeira vez que a ONU está a lidar com problemas do género e é já ponto assente que a experiência moçambicana deverá entrar para a agenda de processos futuros onde estejam envolvidas as Nações Unidas. Neste sentido, os escritórios em Nova York deverão criar instrumentos legais para serem integrados em futuras operações de manutenção da paz da ONU, particularmente quando existir a componente eleições. □

LÍDER DA OPOSIÇÃO GUINEENSE DESMENTE ACUSAÇÕES

— O coordenador do Fórum Democrático da Guiné-Bissau, João da Costa, líder do Partido da Renovação e Desenvolvimento (PRD), disse à estação portuguesa de televisão SIC — na cadeia onde se encontra detido há 20 dias — ir provar em tribunal que "não está envolvido em nenhuma conspiração nem em nenhum acto violento" contra o regime de João Bernardo Vieira. Costa, que no dia 14 de Abril foi preso em casa, sem mandato de captura, e que não teve autorização para receber a visita do advogado ou de familiares, declarou a um enviado da SIC: "Estamos na lei da força. As instituições não funcionam neste país. O que funciona aqui é a polícia política". João da Costa foi acusado pelo sargento Amadu Mané, que em 17 de Março abateu a tiro um dos mais próximos colaboradores do Presidente "Nino", o major Robalo de Pina, de haver estado por trás de uma conspiração. E é por isso um dos dois civis actualmente detidos, juntamente com 38 militares. PÚBLICO, 4 4 93



estudos
AFRO-ASIÁTICOS

À VENDA
NO CEEA

Uma transição sinuosa

NA REPÚBLICA de Moçambique, à beira do Índico, percorre-se actualmente um sinuoso caminho de transição entre a guerra que ocupou a maior parte dos últimos 29 anos e uma normal prática democrática, em paz.

Já não é o disparo das armas que se ouve nas terras do Niassa, Cabo Delgado e Manica; mas ainda não é a vida regular dos partidos, que possam organizar normalmente as suas campanhas em qualquer zona do território moçambicano, com vista a umas eleições plurais que em princípio deveriam significar o triunfo absoluto da paz.

É antes uma espécie de purgatório político aquilo que Moçambique hoje em dia atravessa, enquanto os cerca de 8.000 homens previstos pela ONU vão chegando a conta-gotas e as diversas partes tardam em entender-se sobre o normal funcionamento das estruturas que não-de permitir a reconstrução

PÚBLICO, 9 4 93

do país, tarefa para uma boazena de anos.

De um lado está a Frelimo, entrincheirada em 18 anos de poder que permitiram o resvalar do país para o triste pelotão daqueles que serão decerto os sete ou oito mais pobres do mundo, com um fosso cada vez maior a separá-los dos territórios industrializados; mesmo que estes sejam apenas um Portugal ou uma Grécia.

Do outro a Renamo, extremamente reciosa de se transformar de movimento de guerrilha em partido político e de travar nas urnas uma batalha para a qual estava muito mais habilitada durante os seus anos de mata. Por isso, atrasa tanto a sua passagem à luta política nos meios urbanos, onde terá decerto dificuldade em captar muito mais de 20 ou 25 por cento do eleitorado.

Numa terceira ponta de imaginário triângulo iremos encontrar 12 partidos da cha-

mada "oposição não armada", que defendem agora um Governo de Transição e um prazo mais longo até à realização de eleições, de modo a conseguirem ganhar consistência e a deixar de ser apenas meras franjas do espectro político.

Um longo atraso

Sete meses já passados sobre a difícil assinatura, em Roma, do Acordo Geral de Paz para Moçambique, os antigos beligerantes ainda não forneceram às Nações Unidas listas completas de efectivos, armamentos, munições e outro material. O Governo não vê com bons olhos que os "capacetes azuis" se movimentem completamente à vontade em todo o território sob o seu controlo. E a Renamo também não deseja desmobilizar enquanto a ONU ainda só tiver no país um terço ou metade dos efectivos prometidos.

A força das Nações Unidas em Moçambique (Onumuz) não é pois livre de exercer completamente a sua tarefa; e esta limitação — aliada a outras sinuosidades do processo — leva todos

os intervenientes a acreditar que o povo moçambicano de modo algum poderá votar livremente para a Presidência da República e para o Parlamento antes de Junho de 1994.

Ciclópica é a tarefa que recai sobre os ombros do italiano Aldo Ajello, representante local do secretário-geral Butros-Ghali, pois que entre muitas outras coisas terá de resolver aquilo a que já chamou "o pesadelo" da logística requerida pela Renamo: a necessidade de instalações capazes para que o partido vindo da mata se possa instalar devidamente na capital e aí começar a trabalhar em condições de igualdade com a Frelimo, presente no terreno desde a assinatura dos acordos de Lusaca, em Setembro de 1974.

Entretanto, enquanto adia sucessivamente a sua transferência da Gorongosa para Maputo, o líder da "Resistência", Afonso Dhlakama, continua a procurar apoios na Europa: de 24 a 26 de Maio visita a Holanda e, depois disso, é possível que se desloque à Escandinávia. ■ J.H.

Secretário-geral do PS recebe hoje embaixador da Guiné-Bissau Guterres insiste com Nino

PÚBLICO, 8 4 93

ANTÓNIO GUTERRES vai voltar hoje a insistir no pedido de libertação de João da Costa, o presidente do PRD da Guiné-Bissau, quando receber, ao princípio da tarde, o embaixador daquele país na capital portuguesa. A audiência entre o secretário-geral do PS e o diplomata guineense realiza-se a pedido deste, depois de uma tensa troca de mensagens entre Guterres e o Presidente Nino Vieira, a propósito da actual situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau.

Numa primeira carta a Nino Vieira, divulgada na ocasião pelo PÚBLICO, Guterres, na sua condição de líder do PS, mas também de presidente do Comité África da Internacional Socialista (IS), manifestara-lhe a sua preocupação pela recente vaga de prisões de dirigentes oposicio-

nistas em Bissau e pelo que isso poderia representar como bloqueio ao processo de democratização do país. Na resposta, Nino Vieira acusou o secretário-geral dos socialistas portugueses de intromissão em questões internas da Guiné-Bissau.

O ponto da situação na Guiné, bem como dos processos em curso em Angola e Moçambique, deve, aliás, ser tema de discussão na próxima reunião do Comité África da IS, marcada para a segunda quinzena de Junho, em Abidjan, e em que Guterres marcará presença.

CP avoca Faro, Silves e Azambuja

Entretanto, na reunião da Comissão Política do PS, na quarta-feira à noite, foi decidida

a avocação pela direcção nacional de três processos de candidaturas autárquicas: Azambuja, Faro e Silves. E se, no primeiro dos casos, foi logo decidido que o candidato à Câmara local será o actual presidente João Benavente — contra a opinião da concelhia azambujense —, em relação às duas autarquias algarvias tudo está ainda por decidir. Em Faro, contudo, o nome mais provável é o de Carvalho Afonso, proposto pela concelhia contra o de actual presidente da edilidade João Botelho, que, na sequência disso, se demitiu do PS. O que não impediu que a direcção nacional optasse mesmo pela avocação do processo, o que na Comissão Política mereceu apenas um voto contra (do próprio Carvalho Afonso) e três abstenções.

A Comissão Política decidiu

que ambos os processos — Faro e Silves — devem, agora, ser resolvidos pela federação distrital algarvia, liderada pelo eurodeputado José Apolinário, e não pelas respectivas concelhias, destituídas assim da capacidade de escolha do cabeça de lista em cada uma das câmaras.

Em Lisboa, inicia-se hoje o que se poderia qualificar como a ronda de apresentação das diversas candidaturas socialistas, que terá um ponto alto no domingo à tarde, num hotel da capital, com a apresentação conjunta dos candidatos a presidentes das câmaras da área da FAUL. E como que a ratificar a forte aposta socialista na região, António Guterres irá marcar presença em todas as apresentações públicas, quer na colectiva de domingo, quer nas individuais. Marcadas estão já as de Carlos Silva, em Vila Franca, hoje à noite, de José Luís Judas, em Cascais, no domingo à noite, de António Costa, em Loures, no dia 21, e de Edite Estrela, em Sintra, no dia 6 de Junho. ■

Duarte Moral

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos - CEEA, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto. - Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução/Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10/Conj. 501 - 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. - Tel. (021)531-2636 e 531-2000/R. 259, Fax (021)531-2155 - Assinatura anual: Instituições internacionais: US\$ 250,00; Instituições nacionais: US\$ 200,00; Pesquisadores: US\$ 100,00 (Dólar comercial) - We ask exchange.

B
S
JA

IMPRESSO